

# A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações

*Jefferson Mainardes*

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Educação

## Introdução

No presente trabalho, apresentamos os principais resultados de uma pesquisa que envolveu a análise de teses e dissertações sobre a política de ciclos defendidas no período de 2000 a 2006.<sup>1</sup> Esta análise integra um projeto de pesquisa mais amplo, que visa realizar uma busca sistemática de trabalhos sobre esse tema (livros, capítulos de livros, artigos, teses e dissertações), a fim de expandir, organizar e difundir essa produção acadêmica, bem como analisá-la por diferentes aspectos: os temas abordados, as contribuições desses trabalhos para a compreensão da política de ciclos, os referenciais teóricos adotados, os problemas e as lacunas.

A implantação de políticas de ciclos iniciou-se na década de 1980 e, desde o final daquela década, inúmeras pesquisas vêm sendo desenvolvidas e publicadas,<sup>2</sup>

tendo sido muitas delas revisadas e sintetizadas por diferentes pesquisadores (Sousa *et al.*, 2003; Barretto & Sousa, 2004; Gomes, 2004; Sousa & Barretto, 2004; Mainardes, 2006). Diante do crescimento constante de pesquisas e publicações, argumentamos que o levantamento e a análise aprofundada dessa produção adquirem significado e relevância: a) porque podem subsidiar uma avaliação dos possíveis avanços e contribuições da produção acadêmica para uma maior compreensão da política de ciclos, bem como para o debate sobre ela; b) porque, dado o número relativamente elevado de pesquisas e publicações sobre determinados aspectos da política, as pesquisas de revisão sistemática podem oferecer sínteses importantes sobre tais temáticas; c) porque o conjunto dessa produção e a sua síntese podem subsidiar ou informar a implementação ou o redimensionamento de políticas de ciclos das redes de ensino.

## Considerações metodológicas da pesquisa

Segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até 2006 existiam 78 cursos de Pós-Graduação em Educação (PP-GEs) no Brasil, sendo 44 de mestrado e 34 de mestrado

---

<sup>1</sup> A relação das teses e dissertações analisadas encontra-se no Anexo 1. Dados adicionais sobre a pesquisa encontram-se disponíveis em <http://www.uepg.br/gppepe>.

<sup>2</sup> A respeito de iniciativas e discussões que precederam a implantação do ciclo básico nos anos de 1980, ver Barretto & Mitrulis (1999).

e doutorado.<sup>3</sup> Desse total, 48,7% estavam na Região Sudeste; 24,3% na Região Sul; 14,1% na Região Nordeste; 9,0% na Região Centro-Oeste e 3,8% na Região Norte. No período de 2000 a 2006 foram localizados 123 trabalhos sobre a escolaridade em ciclos (13 teses e 110 dissertações).<sup>4</sup> Esses trabalhos foram apresentados em 45 PPGEs e em outros sete programas (Administração, Ciências do Desenvolvimento Humano, Letras, Psicologia, Semiótica e Linguística Aplicada).

Para a localização das teses e dissertações, consultamos o banco de teses da CAPES, bibliotecas digitais ([www.ibict.br](http://www.ibict.br), [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) e bibliotecas digitais de instituições de ensino superior), *sites* de PPGEs e catálogos *on-line* de bibliotecas. Simultaneamente ao levantamento das teses e dissertações, foi criado um banco de dados com os resumos de cada trabalho,<sup>5</sup> que foram categorizados de acordo com os temas abordados.

O presente trabalho inscreve-se na categoria de revisão sistemática (*systematic review*), cujo objetivo é elaborar a síntese da pesquisa existente em determinado campo ou temática, com a finalidade de responder questões específicas de investigação (Davies, 2007). A elaboração de revisões sistemáticas relaciona-se também à análise e à sistematização de evidências apresentadas por diferentes pesquisadores sobre um mesmo tópico (*evidence-based*), com o objetivo de contribuir para a construção de práticas mais efetivas. Geralmente são pesquisas realizadas por grupos de estudiosos para que se alcance uma análise mais aprofundada e detalhada do conhecimento produzido sobre um determinado tópico. Segundo Davies (2007), as revisões sistemáticas são

<sup>3</sup> Segundo dados da CAPES, em 2007 existiam 86 Programas de Pós-Graduação em educação no Brasil.

<sup>4</sup> Foram localizadas outras 12 teses e 49 dissertações sobre o regime de progressão continuada ou a ele relacionadas defendidas de 2000 a 2006. Esses trabalhos não foram incluídos no presente trabalho e serão analisados em uma futura etapa da pesquisa.

<sup>5</sup> Na fase de levantamento, organização e análise de dados, contamos com a colaboração de Silvana Stremel, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a quem agradecemos.

uma forma de síntese de pesquisa que contribui para as políticas e práticas baseadas em evidências, ao identificar achados de pesquisa acumulados sobre um tópico ou uma questão, avaliando-os criticamente em relação à sua metodologia e às conclusões e determinando as mensagens coerentes e variáveis geradas por esse *corpus* de trabalho. Existe uma diversidade de tipos de revisão, podendo-se destacar os seguintes: a) revisões de natureza exploratória e preliminar, que visam mapear as pesquisas sobre um determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e síntese das conclusões; b) revisões mais sofisticadas, capazes de análises mais minuciosas dos achados de pesquisas, estabelecendo comparações e inferências a partir das evidências apresentadas por elas e c) a meta-análise, que busca agregar as conclusões de estudos comparáveis. A presente pesquisa sobre a política de ciclos no Brasil enquadra-se no primeiro tipo de revisão, ou seja, não tem a pretensão de constituir-se em uma revisão comparativa e minuciosa; buscamos destacar padrões e tendências mais genéricas.

Na análise do conteúdo das teses e dissertações, tomamos também como referencial as ideias de autores que fundamentam a análise crítica de políticas educacionais (Ball, 1994; Power, 2006; Silva Júnior, 2007). Em termos gerais, esses autores destacam a necessidade de considerar o processo de formulação e implementação de políticas como dialético e contraditório; os processos históricos relacionados à política investigada, bem como os problemas que geraram a emergência de tal política; a análise tanto de mediações mais amplas (condicionantes econômicos, sociais, políticos, culturais) quanto mais imediatas relacionadas à política, bem como de evitar a realização de análises descritivas, descontextualizadas ou voltadas à mera legitimação de políticas.

### **As pesquisas sobre ciclos: características e tendências**

No período de 2000 a 2006, observa-se uma tendência de crescimento no número de trabalhos (Tabela 1).

Tabela 1 – Teses e dissertações defendidas no período de 2000 a 2006

Ano	Teses	Dissertações	Total	%
2000	1	7	8	6,50
2001	-	6	6	4,9
2002	-	25	25	20,3
2003	5	19	24	19,5
2004	3	12	15	12,2
2005	-	20	20	16,3
2006	4	21	25	20,3
Total	13	110	123	100

Os 123 trabalhos incluídos nesta revisão foram produzidos em 17 estados brasileiros, indicando o interesse de pesquisadores de todas as regiões do país pela temática, e foram orientados por docentes ligados a diferentes grupos de pesquisa, como: políticas educacionais, estudos de currículo, psicologia da educação, sociologia da educação, práticas pedagógicas, avaliação da aprendizagem e alfabetização e linguagem, entre outros. Se, por um lado, há dispersão do tema em diversos PPGEs (e de outras áreas) e em diferentes grupos de pesquisa, por outro, isso permite que a política de ciclos e as questões a ela relacionadas sejam abordadas por diferentes aspectos e perspectivas teórico-metodológicas. Até o presente, são poucos os grupos de pesquisa que têm investigado questões relacionadas à política de ciclos de forma mais sistemática e contínua. Com exceção de 15 orientadores, os demais foram responsáveis pela orientação de apenas um trabalho relacionado à temática da escola em ciclos nesse período de seis anos.

A maior parte dos trabalhos (120) envolveu pesquisa de campo, com utilização de diferentes estratégias de coleta de dados (entrevistas, observações, análise documental, grupo focal, instrumentos de avaliação de produção escrita). Os demais três trabalhos são pesquisas de cunho teórico. É interessante destacar que apenas alguns deles fazem referência a evidências de pesquisa ou conclusões presentes em outras teses e dissertações.

A partir da análise dos resumos e da leitura de diversos trabalhos completos, os trabalhos foram classificados em dez categorias (Tabela 2).

Tabela 2 – Categorização de teses e dissertações (2000 a 2006)

Categorias		Trabalhos
1	Implementação de políticas de ciclos	28
2	Avaliação da aprendizagem dos alunos	25
3	Processos de ensino-aprendizagem na escola em ciclos (sala de aula)	22
4	Opinião de professores, alunos e pais	13
5	Ciclos, organização do trabalho pedagógico e questões curriculares	11
6	Concepção e formulação de política de ciclos	8
7	A política de ciclos e seus fundamentos (psicológicos, filosóficos, históricos, sociológicos)	7
8	Ciclos e formação continuada de professores	4
9	Análise do desempenho de alunos	3
10	Ciclos: impacto sobre o trabalho docente	2
Total		123

Nas décadas de 1980 e 1990, a pesquisa sobre a política de ciclos enfatizou aspectos relacionados à formulação, implementação e avaliação de programas de organização da escolaridade em ciclos, bem como discussões teóricas relacionadas a esse tema (Mainardes, 2006). A partir de 2000, os estudos sobre implementação de políticas de ciclos continuaram a receber significativa atenção, porém passando a contemplar de forma mais intensa questões relacionadas à avaliação da aprendizagem e a processos de ensino-aprendizagem na escola em ciclos. Observou-se crescimento do número de estudos sobre aspectos relacionados à política de ciclos na sala de aula, pois foram identificados 25 trabalhos que incluíam observações de sala de aula. Entre os 123 trabalhos, há alguns cujo foco principal não é exatamente a questão da organização da escolaridade em ciclos, mas as práticas pedagógicas em áreas específicas ou práticas avaliativas em escolas organizadas em ciclos. Tais trabalhos, no entanto, oferecem evidências importantes sobre a realidade das salas de aula de escolas organizadas em ciclos e sobre as dificuldades que os professores encontram na efetivação das ideias e propostas das políticas de ciclos.

A implementação de políticas de ciclos concentrou o maior número de pesquisas (28) incluídas na presente revisão. Esses estudos são relevantes porque geralmente analisam as políticas de ciclos em uma perspectiva mais abrangente, investigando diferentes aspectos, como: o processo de formulação da política, o contexto da produção do texto, as estratégias empregadas na implantação, a opinião dos profissionais envolvidos na formulação e implementação, os procedimentos de avaliação, as mudanças e adaptações feitas na política ao longo do processo de sua implementação. É interessante destacar que a maioria desses trabalhos não explora dados estatísticos sobre a promoção dos alunos (tendência bastante presente em uma série de dissertações e teses da década de 1980) ou o desempenho dos alunos em avaliações nacionais ou locais.

Os 28 trabalhos analisados abordam a escolaridade em ciclos em diferentes redes de ensino: experiências das redes estaduais do Ceará, Paraná, Alagoas e Mato Grosso do Sul; redes municipais de Araraquara (SP), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Blumenau (SC), Costa Rica (MS), Curitiba (PR), Goiânia (GO), Juiz de Fora (MG), Manaus (AM), Niterói (RJ), Ponta Grossa (PR), Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP). A maioria desses trabalhos é constituída de estudos de caso desenvolvidos em uma ou mais escolas, envolvendo análise de documentos oficiais e entrevistas (ou questionários) com professores, diretores e pedagogos. Alguns trabalhos incluem observações do cotidiano da escola e da sala de aula. Apenas quatro trabalhos apresentam maior articulação entre os contextos macro e micro (Mundim, 2002; Fernandes, 2003; Pereira, 2004; Silva, 2006). Observa-se também que poucos trabalhos exploram as bases e os fundamentos da política de ciclos (ou do modelo de ciclos investigado) e as concepções de Estado e política educacional que estão na base dos programas investigados.

Apesar das limitações mencionadas, observa-se crescimento significativo na qualidade das análises e discussões acerca dessa temática, principalmente quando os trabalhos contemplam o panorama mais abrangente das políticas educacionais nos últimos

anos, as reformas do Estado e reflexões mais aprofundadas sobre a política de ciclos e suas possibilidades de construção de um sistema educacional democrático, não-excludente e não-seletivo. As principais contribuições desses trabalhos podem ser resumidas nos seguintes aspectos:

- a) indicam a natureza complexa da implementação de políticas de ciclos, principalmente por envolver mudanças no sistema de promoção dos alunos, avaliação da aprendizagem, currículo, pedagogia, organização da escola e formação permanente de professores;
- b) evidenciam a importância da participação dos profissionais da educação no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas;
- c) ressaltam o papel da infraestrutura e das condições de trabalho (maior suporte aos alunos, professores e escolas);
- d) destacam o distanciamento entre a política proclamada (discurso oficial) e a implementação das políticas no contexto da prática, onde estas são reinterpretadas e adaptadas de acordo com as circunstâncias, diferentes traços culturais e condições objetivas e subjetivas; e
- e) apontam a importância da gestão educacional em um sentido amplo (sistema de ensino) e no contexto escolar para efetivação das políticas.

A segunda categoria refere-se a 25 trabalhos que tematizam a avaliação da aprendizagem. São pesquisas que analisam as concepções e práticas avaliativas em redes de ensino como um todo ou em escolas específicas; as concepções de professores e alunos sobre o processo de avaliação; as formas de registro da avaliação nos programas de ciclos (pareceres descritivos, fichas, relatórios e outras formas de registro) e avaliação em áreas específicas, como a alfabetização. Diversos trabalhos apontaram as dificuldades que muitos professores encontravam para romper com o modelo de avaliação tradicional e com os parâmetros da seriação,

para implementar modelos de avaliação formativa (e em algumas redes a chamada avaliação emancipatória), bem como para utilizar as informações obtidas pela avaliação no redimensionamento do processo ensino-aprendizagem.

Diversos trabalhos destacaram que a formação permanente de professores para enfrentar os desafios da avaliação nos ciclos e outros aspectos relacionados à prática pedagógica nos programas de ciclos foi frágil ou negligenciada no processo de implementação. Em contrapartida, há trabalhos que enfocam práticas avaliativas bem-sucedidas (Cunha, 2003) e experiências desafiadoras na avaliação da aprendizagem (Fernandes, 2006; Launé, 2006). Deve-se destacar que os estudos que investigaram as formas de registro da avaliação nas experiências de ciclos (Metzner, 2003; Lima, 2005; Beserra, 2006) oferecem contribuições importantes para compreender a complexidade do processo de avaliação e seu registro nas experiências de ciclos.

A categoria “Processos de ensino-aprendizagem na escola em ciclos” reúne 22 trabalhos cujo foco é a prática pedagógica em salas de aula de escolas organizadas em ciclo. Tais pesquisas foram realizadas em salas de aula regulares, laboratórios de aprendizagem (classes de apoio para alunos com dificuldades) ou turmas de progressão, constituindo estudos de casos ou pesquisas etnográficas sobre uma ou mais turmas. Uma parte significativa desses trabalhos refere-se ao processo de alfabetização e letramento (dez trabalhos). Com exceção de um trabalho (Burlamaqui, 2005), todos focalizaram os primeiros anos do ciclo inicial; a observação das classes foi utilizada em 20 pesquisas e uma outra pesquisa envolveu a intervenção da pesquisadora na sua própria sala de aula. No geral, esses trabalhos oferecem dados qualitativos extremamente relevantes para compreender os problemas e dificuldades que emergem em programas de organização da escolaridade em ciclos, como: o distanciamento entre a proposta oficial e as práticas reais e concretas; os processos de exclusão que podem ser identificados nas salas de aula; o nível da qualidade da aprendizagem dos alunos; e o trabalho com classes heterogêneas, en-

tre outros aspectos. Em contrapartida, alguns trabalhos investigaram práticas bem-sucedidas no processo de alfabetização (Rosseto, 2002; Moraes, 2006).

Como qualquer pesquisa qualitativa, tais estudos apresentam dados e evidências que não permitem generalizações. No entanto, alguns trabalhos apresentam teorizações e conceitos relevantes. Nascimento (2005), por exemplo, ao analisar a prática pedagógica de professoras de uma escola da rede municipal de Recife (com base em Basil Bernstein), sintetiza que as professoras dominavam as regras de reconhecimento do discurso inovador sobre a questão da avaliação e do ensino dos conteúdos. No entanto, não dominavam as regras de realização desse discurso, uma vez que, tanto nos discursos quanto na prática, essas professoras revelavam uma série de dificuldades e contradições no processo de mudança da prática pedagógica. Linch (2002), com base em Piaget e Paulo Freire, propôs o conceito de “mecanismos de exclusão escolar oculta”. A partir da análise do trabalho de campo, a autora concluiu que tal exclusão acontece na relação professor-aluno no cotidiano da sala de aula a partir de diferentes movimentos. Também a partir de pesquisa de campo, Souza (2005) constatou que, embora as taxas de evasão e reprovação tenham diminuído com a implantação dos ciclos, “o não-aprender” se configura no cotidiano da sala de aula. Tais teorizações e conceitos parecem contribuir para a compreensão dos ciclos e para seu debate.

A categoria “Opinião de professores, alunos e pais” reúne 13 trabalhos que investigam a opinião de professores (nove trabalhos), pais (dois trabalhos) e a opinião de professores, alunos e familiares (dois trabalhos). Essas pesquisas apresentam dados relevantes para compreender como as propostas de ciclos são recebidas e interpretadas pelos diferentes segmentos. No período investigado, assim como nas pesquisas anteriores, a opinião dos profissionais da educação tem sido privilegiada. Embora com exceções (por exemplo, Oliveira, 2005), alguns desses trabalhos estabelecem poucas relações entre as opiniões dos profissionais da educação e outros elementos mediadores do processo de implementação dessas políticas, como gestores do

sistema, a forma de implantação, condições de trabalho, infraestrutura disponível etc. Alguns trabalhos enfatizam a resistência dos professores à mudança e à política de ciclos (por exemplo, Araújo, 2005) como um aspecto relevante para explicar as dificuldades da implementação dos ciclos. Tal resistência nem sempre é devidamente explorada e problematizada nessas pesquisas, uma vez que uma série de fatores contextuais (natureza complexa dos ciclos, estratégias utilizadas na implementação, oportunidades de participação e discussão, condições de trabalho, cultura escolar brasileira) precisaria ser considerada para uma análise mais abrangente da questão.

As questões relacionadas ao tema “Ciclos, organização do trabalho pedagógico e questões curriculares” foram abordadas em 11 trabalhos, que analisaram, por exemplo: a) concepções e práticas de organização curricular (cinco trabalhos); b) planejamento e organização do trabalho pedagógico na educação física (dois trabalhos); c) aspectos metodológicos: temas geradores e complexo temático em propostas de organização da escolaridade em ciclos (dois trabalhos); e d) turmas de progressão (um trabalho). Em diversos trabalhos dessa categoria, o tema ciclos é abordado de forma tangencial, enfocando questões pedagógicas e curriculares em contextos de escolas organizadas em ciclos (por exemplo, Souza, 2000; Lima, 2006). Tais estudos são relevantes na compreensão de questões pedagógicas envolvidas na efetivação de propostas dos ciclos no contexto escolar ou ainda na implantação de ciclos simultaneamente ao processo de reestruturação curricular.

A categoria “Concepção e formulação de políticas de ciclos” refere-se a oito trabalhos que analisam as características do processo de concepção e formulação de políticas de ciclos como tendência de organização do processo escolar, aspectos relacionados ao processo de tomada de decisão (estratégias e argumentos empregados pelos gestores para a configuração de programas de ciclos), o espaço de participação de profissionais da educação, discussões sobre o processo de construção curricular e discursos presentes nos textos oficiais (Projeto Escola Cabana). Esses trabalhos são

relevantes para compreender a rede de influências e fatores que permitiram a configuração da política de ciclos em contextos específicos (redes municipais de São Paulo, Belo Horizonte e Belém e rede estadual de Minas Gerais), os processos de negociação entre gestores e profissionais da educação e os aspectos da produção do discurso de um programa de organização da escolaridade em ciclos (Escola Plural).

Os sete trabalhos da categoria “A política de ciclos e seus fundamentos psicológicos, filosóficos, históricos e sociológicos” visam contribuir para o aprofundamento das bases e fundamentos da política de ciclos, tematizando questões mais amplas relacionadas à organização dos tempos escolares, à fundamentação psicológica dos ciclos, a ciclos e democratização do ensino. Outros quatro trabalhos discutem a formação continuada de professores em programas de ciclos; três trabalhos avaliam programas específicos de formação continuada (Belém, Curitiba e Uberaba); outro focaliza a formação continuada desenvolvida no interior de uma escola municipal (Rio de Janeiro). Apenas três trabalhos investigaram o desempenho dos alunos em experiências de ciclos (Oliveira, 2003; Domingues, 2003 e Pinesso, 2006). Domingues (2003), após analisar a produção escrita de alunos de dez escolas (quarto ano do ciclo básico de alfabetização, no estado do Paraná), concluiu que as práticas escolares não promoviam o desenvolvimento de capacidades consideradas fundamentais pela proposta. Pinesso (2006) comparou a produção escrita de alunos do quarto ano do ciclo básico de alfabetização (no estado do Paraná) de escolas cicladas com alunos da 4ª série do sistema seriado e não observou diferenças significativas. Oliveira (2003), com base em uma pesquisa qualitativa em duas escolas estaduais de Minas Gerais, indicou algumas das características da escola cujos alunos haviam obtido médias mais baixas e mais altas em uma avaliação conduzida no estado. Os estudos dessa natureza oferecem evidências importantes sobre as consequências das políticas de ciclo na aprendizagem e no desempenho dos alunos. No entanto, para obter dados mais relevantes e evidências mais conclusivas, seria necessário o desenvolvimento

de mais pesquisas envolvendo o desempenho dos alunos em outras áreas e habilidades (por exemplo, leitura, interpretação, matemática etc.).

Finalmente, dois trabalhos discutem o impacto da implantação dos ciclos no trabalho docente, analisando questões como mudanças na jornada de trabalho docente, níveis de adesão e resistência dos professores e intensificação do trabalho docente a partir da implementação dos ciclos.

### **A pesquisa sobre ciclos: uma breve apreciação crítica**

O conjunto de trabalhos incluídos na presente revisão pode ser analisado por diferentes pontos de vista. Neste artigo, destacaremos apenas dois aspectos: a articulação entre macro e micro; e a política de ciclos e seus fundamentos.

#### A relação entre macro e micro

As relações entre macro e micro nas pesquisas em educação vêm sendo discutidas por diferentes autores (Brandão, 2001; Paro, 2001; Lopes, 2006; Power, 2006). No campo da pesquisa de políticas educacionais, é possível identificar diferentes tipos de abordagem:

- a) abordagem macrocontextual: há preocupação em compreender o contexto mais amplo no qual as políticas educacionais estão inseridas; as influências globais, internacionais, nacionais e locais; o papel do Estado no contexto da concepção e gestão das políticas educacionais (Dale, 1989);
- b) abordagem microcontextual: os pesquisadores preocupam-se em investigar como determinadas políticas são recebidas e implementadas no nível da prática, por meio da pesquisa empírica, geralmente estudos de caso. Muitas vezes esses trabalhos estabelecem fracas relações com o sistema social mais amplo e exploram de forma insuficiente o sistema de

- mediações envolvido na política investigada;
- c) articulação entre as abordagens macro e micro: estudos que investigam ambos os contextos, considerando-os mutuamente determinados e com um mesmo nível de importância.<sup>6</sup>

Os autores que defendem a mútua determinação entre macro e micro (Paro, 2001) e a necessidade de considerar a articulação entre ambos na análise de políticas (Ball, 1994; Power, 2006) oferecem referenciais que subsidiam a análise das determinações mais amplas (por exemplo, as influências internacionais/globais e nacionais, as alterações na estrutura e funções do Estado etc.), a análise de textos das políticas e a investigação do contexto da prática, sempre devidamente articulada com as determinações mais amplas. Assim, na análise de políticas há necessidade de levar em consideração o sistema de mediações mais amplas e mais imediatas relacionadas à política investigada, ou seja, examinar o conjunto das relações que a política estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade.<sup>7</sup> Além disso, deve-se destacar a necessidade de evitar “um tratamento meramente fenomênico dessa realidade mais estrita e localizada, desconsiderando as amplas determinações do real” (Paro, 2001, p. 31). Na mesma direção, Silva Júnior (2007) aponta a necessidade de discutir a contradição entre forma histórica e substância histórica, ou seja, entre forma fenomênica e essência das coisas.

No caso das pesquisas sobre a organização da escolaridade em ciclos, observa-se que apenas pequena parcela de trabalhos explora as determinações mais

<sup>6</sup> Para discussão mais ampla a respeito dessa questão, ver Paro (2001, p. 31-32).

<sup>7</sup> Kuenzer (1998), ao defender a necessidade de trabalhar com a categoria mediação, explica que, no contexto do real, nada é isolado. Assim, “isolar os fatos significa privá-los de sentido e inviabilizar sua explicação, esvaziando-os de seu conteúdo; daí a necessidade de trabalhar com a categoria mediação, de modo a, cindindo o todo ao buscar a determinação mais simples do objeto de investigação, poder estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade [...]” (p. 65).

amplas da política investigada e as relações que ela estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade. A ausência de articulação com o contexto mais amplo fica mais evidenciada nas pesquisas empíricas, principalmente nos estudos de caso, fazendo com que as análises apresentadas nesses trabalhos estejam bastante voltadas para o contexto local. Dessa forma, alguns trabalhos tornam-se narrativas mais ou menos detalhadas da pesquisa realizada, sem a devida articulação com o sistema social, econômico e político e com as políticas educacionais nacionais e globais. Embora o contexto local seja priorizado, alguns trabalhos apresentam poucos dados sobre o modelo de ciclo implementado na rede pesquisada e geralmente não exploram de forma clara as diferenças existentes entre os diferentes modelos existentes (ciclos de formação, ciclos de aprendizagem, ciclo básico, progressão continuada etc.). Além disso, muitos trabalhos não apresentam dados sobre o contexto político-partidário do qual o programa investigado emergiu.

A dificuldade em articular as perspectivas macro e micro parece estar relacionada a fatores mais abrangentes (teorias dominantes em circulação no país; o estilo de formação para a pesquisa oferecida nos programas de pós-graduação e o nível de exigências para sua conclusão; tempo e infraestrutura para a realização de pesquisas; estilos de orientação) e às concepções do pesquisador e seus referenciais teóricos. Outro fator que parece contribuir para a pouca articulação entre as perspectivas macro e micro é a pouca circulação, no Brasil, de referenciais teórico-analíticos para a análise de políticas educacionais, bem como de referenciais que fundamentem esses estudos em uma perspectiva crítica. Ainda são poucos, no país, os textos que apresentam discussão ou fundamentação mais consistente da análise de políticas educacionais (por exemplo, Cunha, 1991; Dutra, 1993; Azevedo, 1997; Shiroma *et al.*, 2000; Paro, 2001; Shiroma *et al.*, 2005; Mendes, 2006; Viégas *et al.*, 2006; Silva Júnior, 2007; Vieira & Farias, 2007). Na literatura internacional, há uma diversidade de referenciais analíticos considerados mais refinados e consistentes, como o modelo de análise de políticas baseada na teoria do discurso e na identificação de arenas e níveis

no aparato educacional (Fulcher, 1989), a abordagem do ciclo de políticas (Bowe *et al.*, 1992; Ball, 1994), a análise dos contextos, textos e consequências das políticas (Taylor *et al.*, 1997), a abordagem cognitiva das políticas públicas (Muller, 2000), a análise do contexto e sistemas (Cochran, 1993), as discussões sobre a análise de textos de políticas (Codd, 1988) entre outros.<sup>8</sup>

É importante destacar que vários desses referenciais foram desenvolvidos com o objetivo de superar modelos lineares de análise e são considerados referenciais que subsidiam a análise de políticas em uma perspectiva crítica. Eles oferecem estrutura conceitual e métodos de investigação que, no entanto, não substituem o uso de referenciais teóricos consistentes, ou seja, o emprego de teorias caracterizadas por uma gramática forte: aquelas que têm “uma sintaxe conceptual explícita capaz de descrições empíricas ‘relativamente’ precisas e/ou de gerar modelos de relações empíricas” (Bernstein, 1999, p. 164). Com relação aos fundamentos teóricos das teses e dissertações analisadas, observou-se que vários trabalhos utilizam ideias de diferentes autores (muitas vezes de matrizes epistemológicas distintas), que não chegam a constituir um referencial teórico explícito e coerente.

#### A política de ciclos e seus fundamentos

No Brasil, há uma diversidade de modalidades de políticas de ciclos: ciclos de aprendizagem, ciclos de formação, regime de progressão continuada, bloco inicial de alfabetização e ciclo inicial do ensino fundamental, entre outras designações.<sup>9</sup> É possível argumen-

<sup>8</sup> A respeito de modelos de formulação e análise de políticas, ver os dossiês publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (n. 51, 2003) e na revista *Sociologias* (n. 16, 2006), em especial os textos de Faria (2003) e Souza (2003, 2006).

<sup>9</sup> Segundo dados do ano de 2006, do INEP, do Ministério da Educação, 9,72% das escolas do ensino fundamental do Brasil estavam organizadas em ciclos, o que correspondia a 18,17% das matrículas. O total de escolas organizadas em séries era de 83,11% (67,33% das matrículas). Os dados mostram também que 7,16% das escolas (14,5% das matrículas) correspondiam a escolas com

tar que alguns desses modelos propõem uma ruptura mais radical com as práticas de reprovação e procuram introduzir simultaneamente outras mudanças significativas no currículo, nas orientações metodológicas, na sistemática de avaliação da aprendizagem, na formação permanente de professores etc. Dessa forma, nas diferentes redes de ensino, configuram-se políticas de ciclos mais conservadoras ou mais progressistas. As decisões acerca do modelo de ciclo, profundidade e abrangência das mudanças propostas dependem de vários fatores, como as concepções de Estado e de política educacional que orienta os mandatos, a arquitetura político-partidária, a infraestrutura e os recursos financeiros disponíveis e as políticas educacionais já implementadas na rede, entre outros.<sup>10</sup> Essas decisões estão sujeitas às descontinuidades do processo político, principalmente na mudança de uma gestão para outra, como o retorno à seriação ou adaptações mais ou menos superficiais na política em implementação.

É interessante destacar que algumas teses e dissertações incluídas nesta revisão não explicitam claramente o modelo de ciclo implementado. Uma análise mais acurada das características e dos fundamentos de cada um dos programas mencionados certamente permitiria constatar as diferenças existentes entre eles. Por exemplo, em termos gerais, pode-se observar diferenças entre os ciclos de aprendizagem e ciclos de formação no que se refere aos referenciais teóricos, duração dos ciclos e formas de promoção dos alunos de um ciclo para outro. A falta da explicitação da modalidade de ciclo investigada e/ou a comparação com

---

mais de uma forma de organização (ciclos e séries ou matrícula por disciplina ou outras formas). Esses dados indicam que, no Brasil, a maioria das redes de ensino ainda está organizada em séries.

<sup>10</sup> Segundo Mendes (2006), “toda política pública está baseada em uma concepção de Estado, de homem, de sociedade, de mundo. Sua configuração pode ser determinante nas ações desenvolvidas nas unidades escolares. Isso, por seu caráter excludente ou inclusivo, centralizador ou participativo, pode ser decisivo nas atividades executadas nas escolas, na medida em que contribui ou não para a formação de sujeitos” (p. 157).

evidências oriundas de programas com características diferentes do programa investigado podem conduzir a análises ou generalizações pouco válidas e pouco conclusivas.

Observa-se também que poucos trabalhos buscam aprofundar as bases e os fundamentos da política de ciclos em geral ou do modelo de ciclos em investigação. Miranda (2005) considera que há a ausência de uma discussão clara sobre os fundamentos dos ciclos e que a maior parte das publicações sobre o tema está orientada para sua justificação. De fato, poucos trabalhos se propõem a discutir tais fundamentos. Assim, parece essencial buscar compreender as diferenças entre as propostas de ciclos, bem como os *fundamentos* dessas políticas, tal como propõe Miranda (2005), sem desconsiderar as concepções de homem, mundo, sociedade, conhecimento etc. que estão na base de tais propostas. Observa-se também que a questão do papel do conhecimento e da escola na sua apropriação raramente é discutida nos trabalhos de pesquisa. É possível que essa seja também uma questão negligenciada em projetos de ciclos das próprias redes de ensino.

### Considerações finais

Neste artigo, apresentamos uma breve análise de teses e dissertações sobre a escola em ciclos defendidas no período de 2000 a 2006. Esses trabalhos oferecem elementos importantes para compreender os diferentes aspectos da política de ciclos, e a síntese dos conhecimentos produzidos e das evidências de pesquisa apresentadas pode ser útil para fundamentar processos de implementação de políticas de ciclos. Como indicado, diante do número elevado e crescente de pesquisas sobre a temática, a revisão sistemática dos trabalhos que abordam a política de ciclos torna-se um campo de pesquisa rico e promissor e que pode ser ainda bastante explorado por diferentes pesquisadores ou grupos de pesquisadores. O conjunto de trabalhos analisados possibilita também a identificação dos principais problemas das pesquisas nesse campo. Em um sentido mais amplo, observam-se as seguintes necessidades:

- a) aprofundamento de questões teóricas e metodológicas das pesquisas, pois diversos trabalhos analisados são frágeis nesses aspectos;
- b) ampliação do espectro de análise no que se refere às determinações mais amplas relacionadas às realidades concretas investigadas, incluindo, por exemplo, discussões sobre as concepções de Estado e de política educacional subjacentes aos programas analisados; influências internacionais/globais, nacionais e locais na configuração da política investigada; os condicionantes econômicos sociais, políticos e culturais globais e os fatos e as relações que se dão no âmbito das redes e unidades escolares (Paro, 2001);
- c) analisar o sistema de mediações envolvido no objeto pesquisado, ou seja, estudar o conjunto de relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade (Kuenzer, 1998). De forma mais específica, há necessidade de evitar a simples legitimação das políticas e buscar investigar os fatores históricos e contextuais relacionados às políticas de ciclos no Brasil e nos projetos específicos em investigação.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Marisa I. B. A resistência dos professores: o entrave quanto à escola ciclada da rede estadual de ensino em Rondonópolis-MT. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.
- AZEVEDO, Janete M. L. de. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BALL, Stephen J. *Education reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BARRETTO, Elba S. de Sá; MITRULIS, Eleny. Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999.
- BARRETTO, Elba S. de Sá; SOUSA, Sandra Z. Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2004.
- BERNSTEIN, Basil. Vertical and horizontal discourse: an essay. *British Journal of Sociology of Education*, v. 20, n. 2, p. 157- 173, 1999.
- BESERRA, Normanda da S. *Parecer pedagógico: um gênero textual construindo a prática docente*. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BOWE, Richard *et al. Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.
- BRANDÃO, Zaia. A dialética micro/macro na sociologia da educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 153-165, 2001.
- BURLAMAQUI, Cristiane D. V. *Uma abordagem interacional e interdisciplinar para o ensino-aprendizagem do Português no ciclo básico III da Escola Cabana*. Dissertação (Mestrado em Letras, Linguística e Teoria Literária) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- COCHRAN, Moncrieff. *The International handbook of child care policies and programs*. Westport/London: Greenwood Press, 1993.
- CODD, John. The construction and deconstruction of educational policy documents. *Journal of Education Policy*, v. 3, n. 3, p. 235-247, 1988.
- CUNHA, Emmanuel R. *Práticas avaliativas bem-sucedidas de professoras dos ciclos de formação da Escola Cabana de Belém*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
- CUNHA, Luiz A. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília: FLACSO; Niterói: EDUFF, 1991.
- DALE, Roger. *The state and education policy*. Milton Keynes: Open University Press, 1989.
- DAVIES, Philip. Revisões sistemáticas e Campbell Collaboration. In: THOMAS, Gary; PRING, Richard. *Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.
- DOMINGUES, Analéia. *A escolaridade em ciclos: análise do desempenho de alunos de 4ª série na área de Língua Portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.
- DUTRA, Any. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro, de 1983 a 1987. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 85, p. 33-42, 1993.
- FARIA, Carlos Aurélio P. de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 19-21, fev. 2003.
- FERNANDES, Ana Cristina C. *Avaliação, registros de classe e professoras: escutamento no CIEP Bento Rubião*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

- FERNANDES, Cláudia de O. *A escolaridade em ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica – a transição para a escola do século XXI*. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- FULCHER, Gillian. *Disabling policies? A comparative approach to education policy and disability*. London: Falmer Press, 1989.
- GOMES, Cândido A. Quinze anos de ciclos no ensino fundamental: uma análise dos percursos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 39-52, jan./abr. 2004.
- KUENZER, Acácia Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-92.
- LAUNÉ, Virgínia C. da R. L. *Uma experiência desafiadora em relação à avaliação da aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- LIMA, Idelsuíte de S. *O currículo no plural: políticas, práticas, culturas escolares*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- LIMA, Tatiana A. de S. da C. *A produção de sucesso e fracasso escolar por meio das fichas de avaliação: uma investigação junto aos ciclos de desenvolvimento humano em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- LINCH, Jaqueline P. *Movimentos de exclusão escolar oculta*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- LOPES, Alice C. Relações macro/micro na pesquisa em currículo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 619-635, set./dez. 2006.
- MAINARDES, Jefferson. Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2006.
- MENDES, Valdelaine da R. Reflexões sobre os conceitos de homem, liberdade e Estado em Marx e as políticas educacionais. In: PARO, Vitor H. (Org.). *A teoria do valor em Marx e a educação*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 157-178.
- METZNER, Cíntia. *Pareceres descritivos de avaliação da aprendizagem: conteúdo e processo de elaboração*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.
- MIRANDA, Marília G. de. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 639-651, maio/ago. 2005.
- MORAES, Daisinalva A. de. *As práticas de alfabetização de professoras da rede estadual de ensino de Pernambuco e a formação de crianças alfabetizadas e letradas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- MULLER, Pierre. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. *Revue Française de Science Politique*, v. 50, n. 2, p. 189-208, 2000.
- MUNDIM, Maria Augusta P. *A rede municipal de ensino de Goiânia e a implantação dos ciclos de formação (1997-2000)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- NASCIMENTO, Débora M. do. *A construção do saber escolar nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo da prática das professoras de uma escola pública*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- OLIVEIRA, Carmem I. de. *A organização em ciclos na política educacional em Minas Gerais: um desafio à comunidade escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.
- OLIVEIRA, Nilza M. de. *Ciclos de escolarização: a proposta oficial e sua efetivação em duas escolas da rede pública municipal de ensino de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.
- PARO, Vitor H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. *Políticas públicas e educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001. p. 29-47.
- PEREIRA, Luiza R. *A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental como elemento da política*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.
- PINESSO, Márcia R. F. *Sistema seriado e sistema de ciclo: organização do tempo escolar e implicações na aprendizagem da escrita*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- POWER, Sally. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2006.

- ROSSETO, Elisabeth. *Impasses no aprendizado da leitura e da escrita na fase inicial de alfabetização*: algumas contribuições para seu entendimento e superação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.
- SHIROMA, Eneida O. *et al. Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. *et al. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.
- SILVA, Maria Aparecida da. *Análise da implantação da escola organizada em ciclos de aprendizagem na rede municipal de Curitiba – 1997/2004*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2006.
- SILVA JÚNIOR, João dos R. S. O Pronera e a democratização da educação superior pública no campo: um diálogo teórico crítico. *In: GRACINDO, R. V. Educação como exercício da diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais*. Brasília: Líber, 2007. p. 221-239.
- SOUSA, Sandra M. Z. L.; BARRETTO, Elba S. de S. *Estado do conhecimento: ciclos e progressão escolar (1990-2002) – Relatório Final*. São Paulo: USP (MEC/INEP/COMPED/PNUD), 2004.
- SOUSA, Sandra Z. *et al. Ciclos e progressão escolar: indicações bibliográficas. Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 99-114, jan./mar. 2003.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.
- SOUZA, Livia S. de. *O Processo de ensinar-aprender no cotidiano de uma escola organizada em ciclos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- SOUZA, Marcelo G. de. *Educação e diversidade cultural: uma análise da proposta da Escola Plural do município de Belo Horizonte, MG*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- TAYLOR, Sandra *et al. Educational policy and the politics of change*. London: Routledge, 1997.
- VIÉGAS, Lygia de S. *et al. Apresentação. In: VIÉGAS, Lygia de S.; ANGELUCCI, C. B. (Orgs.). Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 9-21.
- VIEIRA, Sofia Lersche; FARIAS, Isabel M. Sabino de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Líber Livros, 2007.
- \_\_\_\_\_  
 JEFFERSON MAINARDES, doutor em educação pelo Institute of Education da University of London, é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Publicações recentes: “Escola em ciclos, processos de aprendizagem e intervenções pedagógicas: algumas reflexões” (*In: FETZNER, A. Ciclos em revista v. 3*. Rio de Janeiro: Wak, 2008. p. 118-139); “Análise de políticas: algumas considerações teórico-metodológicas” (*In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO*, 14., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ENDIPE, 2008. 1 CD-ROM); *Reinterpretando os ciclos de aprendizagem* (São Paulo: Cortez, 2007); “Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa” (*Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-30, 2006). Pesquisa em andamento: “A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações”. E-mail: jefferson.m@uol.com.br

Recebido em maio de 2008  
 Aprovado em novembro de 2008

## Anexo 1

### Relação de trabalhos apresentados, por temática abordada

<b>1 – Implementação de políticas de ciclos</b>				
	Autor/título	Instituição/Curso	Nível	Ano
1	CARVALHO, Darvim Nunes de. A implantação do sistema de ciclos nas escolas municipais na cidade de São Paulo.	UNINOVE	M	2003
2	CELISTRE, Sinara Sant'Anna. Os ciclos de formação no ensino público cearense – histórias de quem entrou nesse ciclo.	UFC – Educação	M	2002
3	COSTA, Adriana da. Escola Sem Fronteiras: discutindo o processo de participação docente.	UFSC – Educação	M	2004
4	DAVID, Leila Nívea Bruzzi Kling. A experiência do sistema de ciclos na rede municipal de Educação de Niterói/RJ: da proposta oficial às práticas concretas.	UFF – Educação	M	2003
5	FARIAS, Andrea Rangel. Culturas e ciclos escolares.	PUC-Rio – Educação	M	2002
6	FERNANDES, Cláudia de Oliveira. A escolaridade em ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica – a transição para a escola do século XXI.	PUC-Rio – Educação	D	2003
7	FERREIRA, Valéria Milena Röhrich. Escola em movimento: a reelaboração da prática pedagógica na implementação da política do ciclo básico de alfabetização do Estado do Paraná.	PUC-SP – História, Política, Sociedade	M	2001
8	FIGUEIREDO, Wagner Luiz. Projeto escola para o século XXI: entre o mundo oficial e o mundo real.	UCG – Educação	M	2002
9	FORTES, Gilse Helena Magalhães. Autonomia e tensão no ensino por ciclos: estudos de caso da Escola Municipal Vila Monte Cristo/POA.	Univ. de Passo Fundo	M	2000
10	FRAIZ, Rosana Cristina Carvalho. A organização escolar em ciclos na rede municipal de Araraquara – 2001 a 2005.	UFSCAR – Educação	M	2006
11	GONÇALVES, Rosani Jungles. A implantação da proposta Escola Sem Fronteiras na rede pública de Blumenau: o 3º ciclo de formação.	UTP – Educação	M	2002
12	JACOMINI, Márcia Aparecida. Uma década de organização do ensino em ciclos na rede municipal de São Paulo: um olhar dos educadores.	USP – Educação	M	2002
13	MARTAU, Maria Luzia Casali. Estudo da implantação do projeto escola cidadã na EMEF Senador Alberto Pasqualini no período de 1998-2005: limites e possibilidades para um ensino de qualidade.	UNISINOS – Educação	M	2006
14	MUNDIM, Maria Augusta Peixoto. A rede municipal de ensino de Goiânia e a implantação dos ciclos de formação (1997-2000).	UFG – Educação	M	2002
15	NEVES, Simone do Rocio Pereira. A escola organizada por ciclos: o processo histórico de sua implantação na rede municipal de ensino da cidade de Ponta Grossa – Paraná.	UEPG – Educação	M	2005
16	OLIVEIRA, Iralde Correia de Souza. Inovação e mudança na educação escolar: ciclos de formação na escola de ensino fundamental – um estudo de caso.	UFAL – Educação	M	2004
17	OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. A política educacional no cotidiano escolar: um estudo meso-analítico da organização escolar em Belém do Pará.	PUC-SP – Currículo	D	2000
18	PEREIRA, Luiza Rodrigues. A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental como elemento da política.	UFMS – Educação	M	2004
19	PINTO, Maria Célia Barros Virgolino. A Escola Cabana no município de Belém-PA (1997-2001): entre discursos e práticas.	PUC-SP – Currículo	M	2004
20	RÉDUA, Márcia Marin. A organização do ensino em ciclos e as práticas escolares: investigação em uma escola da rede municipal de São Paulo.	PUC-SP – História, Política e Sociedade	M	2003
21	RODRIGUEZ, Andrea Maria Rua. Avaliação do ensino por ciclos de formação: currículo, pedagogia e avaliação na perspectiva de professoras de uma escola municipal.	UFRGS – Educação	M	2002
22	SANTOS, Josiane Gonçalves. O compromisso social da escola organizada em ciclos: por uma verdadeira aprendizagem.	UTP – Educação	M	2005
23	SANTOS, Tânia Regina Lobato. Analisando a Escola Cabana em espaço e tempo reais.	PUC-SP – História, Política, Sociedade	D	2003
24	SILVA, Maria Aparecida da. Análise da implantação da escola organizada em ciclos de aprendizagem na rede municipal de Curitiba – 1997/2004.	UFPR – Educação	M	2006
25	SOARES, Cláudia Caldeira. Construindo a Escola Plural: a apropriação da Escola Plural por docentes do 3º ciclo do ensino fundamental (livro).	UFMG – Educação	M	2000
26	VALADARES, Florence Rodrigues. O projeto escola para o século XXI: a proposta pedagógica da rede municipal de Goiânia.	UFU – Educação	M	2002
27	VARGAS, Nelize de Araújo. Travessia, arte e letramento: o Projeto TAL – análise de uma experiência de implantação dos ciclos de aprendizagem no município de Costa Rica (MS).	UCDB – Educação	M	2002
28	XIMENES, Maria Augusta da Silva. O ciclo Inicial do ensino fundamental: uma experiência do sistema estadual de ensino em Manaus (2001-2003).	UFAM – Educação	M	2006

<b>2 – Avaliação da aprendizagem dos alunos</b>				
1	ALCÂNTARA, Núbia Aparecida Imaculada. O sistema de ciclos no ensino fundamental, noturno, nas escolas estaduais de Uberlândia/MG.	UFU – Educação	M	2002
2	ALENCAR, Rosalva Pereira de. Os ciclos de formação e sua repercussão na prática pedagógica de avaliação da aprendizagem em Cáceres/MT.	UC Dom Bosco – Educação	M	2006
3	AMARAL, Maria Clara Ede. Avaliação da aprendizagem na escola ciclada de Mato Grosso: o caso dos relatórios descritivos de avaliação.	UNICAMP – Educação	M	2006
4	BESERRA, Normanda da Silva. Parecer pedagógico: um gênero textual construindo a prática docente.	UFPE – Letras	D	2006
5	CABRERA, Renata Cristina. A avaliação da aprendizagem no discurso das professoras da escola ciclada de Mato Grosso: um estudo de caso (livro).	UFMT – Educação	M	2004
6	CUNHA, Emmanuel Ribeiro. Práticas avaliativas bem-sucedidas de professoras dos ciclos de formação da Escola Cabana de Belém.	UFRN – Educação	D	2003
7	DORNELLAS, Vaneide Correa. Avaliação no contexto do regime de ciclos em Minas Gerais nos anos de 1990: políticas, saberes e práticas.	UFU – Educação	M	2003
8	FARIAS, Inês Porto. Concepções e saberes docentes nas práticas avaliativas da escola por ciclo de formação.	UNISINOS – Educação	M	2004
9	FERNANDES, Ana Cristina Corrêa. Avaliação, registros de classe e professoras: escutamento no CIEP Bento Rubião.	UFF – Educação	M	2006
10	FONSECA, José Luiz Saldanha da. Avaliação da aprendizagem na Escola Plural: o que ocorre na prática?	UFMG – Educação	M	2003
11	GOMES, Suzana dos Santos. Tessituras docentes de avaliação formativa.	UFMG – Educação	M	2003
12	KNOBLAUCH, Adriane. A avaliação de alunos na implantação da proposta de ciclos de aprendizagem no município de Curitiba, à luz da cultura escolar (livro).	PUC-SP – História, Política, Sociedade	M	2003
13	LAUNÉ, Virgínia Cecília da Rocha Louzada. Uma experiência desafiadora em relação à avaliação da aprendizagem.	UFF – Educação	M	2006
14	LIMA, Tatiana Azevedo de Souza da Cunha. A produção de sucesso e fracasso escolar por meio das fichas de avaliação: uma investigação junto aos ciclos de desenvolvimento humano em Goiânia.	UFSC – Psicologia	M	2005
15	LOCH, Jussara Margareth de Paula. A teoria e a prática da avaliação na escola cidadã por ciclos de formação: caminhos percorridos e desafios que se impõem.	PUC-RS – Educação	M	2006
16	MARCHESI, Regina Sandra. A avaliação escolar: verdades, crenças e fecundação de sonhos.	UnB – Educação	M	2003
17	MELO, Maria Nora Elena Rabelo. Avaliação da aprendizagem no primeiro e segundo ciclos de formação: ruptura ou continuidade da avaliação tradicional?	UFC – Educação	M	2006
18	METZNER, Cíntia. Pareceres descritivos de avaliação da aprendizagem: conteúdo e processo de elaboração.	UNIVALI – Educação	M	2003
19	NEIVA, Sonia Maria de Sousa Fabrício. Ciclos de formação: caminho para a re-significação da avaliação numa escola de ensino fundamental.	UnB – Educação	M	2003
20	OLIVEIRA, Tania Maria Fernandes. Avaliar na alfabetização: uma reflexão sobre as dificuldades docentes.	UFRN – Educação	M	2006
21	SANTIAGO, Silvano Bastos. Avaliação nos ciclos de formação: das intenções à prática: estudo de caso em uma escola pública estadual de Fortaleza.	UFC – Educação	M	2003
22	SANTOS, Josefina Maria Castro dos. Práticas avaliativas no contexto escolar da rede municipal de Coaraci – Bahia.	UFBA – Educação	D	2003
23	SOUZA, Cláudia Nazaré Gonçalves de. O ensino/aprendizagem do português e a avaliação emancipatória: repensando a experiência da Escola Cabana.	UFPA – Letras: Linguística e Teoria Literária	M	2005
24	TETU, Viviane. Concepções de alunos sobre a avaliação de sua aprendizagem escolar.	UFPR – Educação	M	2001
25	TRESCASTRO, Lorena Bischoff. A avaliação nas práticas de alfabetização: um estudo sobre o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita em classes de ciclo básico I.	UFPA – Letras: Linguística e Teoria Literária	M	2001

<b>3 – Processos de ensino-aprendizagem na escola em ciclos (sala de aula)</b>				
1	BERNARDES, Maria do Carmo Barros. A prática pedagógica de professoras alfabetizadoras no 2º ano do 1º ciclo do ensino fundamental.	UFAM – Educação	M	2006
2	BURLAMAQUI, Cristiane Dominiqi Vieira. Uma abordagem interacional e interdisciplinar para o ensino-aprendizagem do português no ciclo básico III da Escola Cabana.	UFPA – Letras: Linguística e Teoria Literária	M	2005
3	CARDOSO, Helen Rodrigues. Uma compreensão sociológica do processo de alfabetização: comparando diferentes práticas.	UFRGS – Educação	M	2005

4	CARVALHO, Simone Medeiros de. Professor mediador: um estudo sócio-histórico sobre o papel do professor.	PUC-MG – Educação	M	2002
5	GARCIA, Vitória Regina Dias de Almeida. A prática do professor alfabetizador e a difícil travessia da tradição à ruptura.	U. Braz Cubas – Semiótica, Tec. de Informação e Educação	M	2005
6	GOMES, Suely Norberto. Alfabetização em salas de ciclo básico de aprendizagem.	UFMT – Educação	M	2002
7	GOULART, Sheila Maris Gomes. A matemática em uma escola organizada por ciclos de formação humana.	UFMG – Educação	M	2005
8	HOLANDA, Gerda de Souza. Docência nos ciclos: que práticas, que saberes?	UECE – Educação	M	2006
9	LEÃO, Jeane Maria Borba Souza. O ciclo de desenvolvimento humano e caminhos para o letramento – o caso de uma escola de Goiânia.	UCG – Educação	M	2005
10	LINCH, Jaqueline Picetti. Movimentos de exclusão escolar oculta.	UFRGS – Educação	M	2002
11	MAIRESSE, Cristina Py de Pinto Gomes. Uma leitura psicanalítica da prática docente em turmas de progressão.	UFRGS – Educação	D	2003
12	MARTIN, Daniela Taranta. Práticas de alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental: uma análise das metodologias na perspectiva histórico-cultural.	UCG – Educação	M	2005
13	MORAES, Daisinalva Amorim de. As práticas de alfabetização de professoras da rede estadual de ensino de Pernambuco e a formação de crianças alfabetizadas e letradas.	UFPE – Educação	M	2006
14	NASCIMENTO, Débora Maria do. A construção do saber escolar nos ciclos iniciais do ensino fundamental: um estudo da prática das professoras de uma escola pública.	UFPE – Educação	M	2005
15	OLIVEIRA, Márcia Maria Heinen. A atuação dos professores dos laboratórios de aprendizagem em escolas cicladas do município de Porto Alegre.	UFRGS – Educação	M	2002
16	OLIVEIRA, Solange Alves de. O ensino e a avaliação do aprendizado do sistema de notação alfabética numa escolarização organizada em ciclos.	UFPE – Educação	M	2004
17	PISTOIA, Lenise Henz Caçula. (Des)vantagem e aprendizagem: um estudo de caso em uma proposta curricular e interdisciplinar na rede municipal de Ensino de Porto Alegre.	UFRGS – Educação	M	2001
18	ROSSETO, Elisabeth. Impasses no aprendizado da leitura e da escrita na fase inicial de alfabetização: algumas contribuições para seu entendimento e superação.	UEM – Educação	M	2002
19	SILVA, Gabriela de Oliveira Moura da. A leitura no ciclo de alfabetização do ensino fundamental.	UFRJ – Interdisciplinar Linguística Aplicada	M	2005
20	SOUZA, Lívia Silva de. O processo de ensinar-aprender no cotidiano de uma escola organizada em ciclos.	UFU – Educação	M	2005
21	VEIGA, Patrícia Maria Bandeira Vilela Alencastro. Ação pedagógica, o dia-a-dia de sala de aula no ciclo I.	UCG – Educação	M	2004
22	ZAGO, Cristiane Ungaretti. Alternativas para trabalhar as dificuldades de aprendizagem baseadas no lúdico.	PUC-RS – Educação	M	2003

#### 4 – Opinião de professores, alunos e pais

1	ABREU, Ramon Correa de. Famílias de camadas populares e programa Escola Plural: as lógicas de uma relação.	UFMG – Educação	M	2002
2	ALMEIDA, Cristina de Jesus Carvalho. Dizeres de professoras sobre o CBA e a alfabetização: um estudo em escolas municipais com os maiores e os menores índices de retenção.	UEL – Educação	M	2002
3	ARAÚJO, Marisa Inês Brecovici. A resistência dos professores: o entrave quanto à escola ciclada da rede estadual de ensino em Rondonópolis-MT (livro).	UFMT – Educação	M	2005
4	DÉR, Carolina Simões. Ciclos e progressão continuada: a representação social de professores.	PUC-SP – Psicologia da Educação	M	2005
5	FREITAS, Elias José Lopes de. A implementação da política pública Escola Plural: as representações sociais dos pais sobre seus princípios de avaliação.	UFMG – Educação	M	2000
6	GLÓRIA, Dília Maria Andrade. A escola dos que passam sem saber: a prática da não-retenção escolar na narrativa de professores, alunos e familiares.	PUC-MG – Educação	M	2002
7	LIMA, Cleucy Meira Tavares. Tempo de aprender, tempo de ensinar: as concepções dos professores sobre os ciclos em uma escola municipal de Natal/RN.	UFRN – Educação	M	2002
8	MACHADO, Simone Aparecida. Ciclos escolares: um estudo na rede municipal de ensino de São Paulo.	PUC-SP – Psicologia da Educação	M	2005

9	MARCOLAN, Valdemar. Escola ciclada: pesquisa com professores de escolas públicas da cidade de Barra do Garças, Mato Grosso.	UFMT – Educação	M	2003
10	MELLO, Flávia Carvalho Malta de M. Novos caminhos para o enfrentamento do fracasso escolar: a teoria e a prática no contexto da Escola Plural.	UFU – Educação	M	2001
11	OLIVEIRA, Nilza Maria de. Ciclos de escolarização: a proposta oficial e sua efetivação em duas escolas da rede pública municipal de ensino de Goiânia.	UCG – Educação	M	2005
12	OYARZABAL, Graziela Macuglia. Os sentidos discursivos enunciados por professores, pais e alunos sobre a escola por ciclos: um estudo de caso em Porto Alegre/RS.	UFRGS – Educação	D	2006
13	PETRENAS, Rita de Cássia. Ciclos de aprendizagem: representações sociais de professores do Ensino Fundamental.	Centro Univ. Moura Lacerda – Educação	M	2006

<b>5 – Ciclos, organização do trabalho pedagógico e questões curriculares</b>				
1	BARBOSA, Mirtes Lia Pereira. Práticas escolares: aprendizagem e normalização dos corpos.	UFRGS – Educação	M	2006
2	BOSSLE, Fabiano. Planejamento de ensino dos professores de Educação Física do 2º e 3º ciclos da rede municipal de ensino de Porto Alegre: um estudo do tipo etnográfico em quatro escolas desta rede de ensino.	UFRGS – Ciências do Movimento Humano	M	2003
3	CARMO, Luiz Felipe do. Ciclos escolares, Escola Cabana e temas geradores.	UFPA – Educação	M	2006
4	CORREIA, Elizete Silva Resende. Ciclos de formação e organização do trabalho pedagógico na Educação Física.	UCG – Educação	M	2004
5	HUERGA, Susana Maria Reggiani. Materialidades e potencialidades da organização coletiva da escola no complexo temático: uma cartografia para além da representação.	PUC-RS – Educação	M	2001
6	LIMA, Idelsuíte de Sousa. O currículo no plural: políticas, práticas, culturas escolares.	UNICAMP – Educação	D	2006
7	PORCIÚNCULA, Zenith Pires de M. O currículo dos “ciclos de formação” em escolas municipais de Goiânia: da integração proposta à integração possível.	UCG – Educação	M	2002
8	RODRIGUES, Marilce da Costa Campos. Concepções e práticas de organização curricular dos professores do 1º ciclo de formação de uma escola da RME de Cuiabá-MT.	UFMT – Educação	M	2005
9	SOUZA, Doris Helena de. Um olhar perspectivado nas turmas de progressão: potencialidades e transformações de saberes e poderes.	PUC-RS – Educação	M	2000
10	SOUZA, Marcelo Gustavo de. Educação e diversidade cultural: uma análise da proposta da Escola Plural do município de Belo Horizonte, MG.	PUC-Rio – Educação	M	2000
11	VALLE, Silvana Maria Giacomini. Rupturas e (re)significação do currículo de matemática: um olhar nos ciclos de formação.	UNIJUÍ – Educação nas Ciências	M	2006

<b>6 – Concepção e formulação de políticas de ciclos</b>				
1	AGUIAR, Denise Regina da Costa. Uma escola em ciclos: a obra em construção.	UMESP – Educação	M	2005
2	ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Ciclos: a escola em (como) questão.	USP – Educação	M	2002
3	BORGES, Isabel Cristina Nache. Políticas de currículo em conflito: uma análise da estrutura curricular em ciclos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1997).	PUC-SP – Currículo	M	2000
4	CARNEIRO, Gláucia Conceição. O oficial-alternativo: interfaces entre o discurso das protagonistas das mudanças e o discurso da Escola Plural.	UFMG – Educação	M	2002
5	FERNANDES, Gounnersomn Luiz. Participação do diretor de escola da prefeitura de Belo Horizonte no desenvolvimento da Escola Plural.	Fac. Integradas de Pedro Leopoldo – Administração	M	2002
6	MATTOS, Maria José Viana Marinho. Tendências de organização do processo escolar no contexto das políticas educacionais.	UNICAMP – Educação	D	2004
7	SANTOS, Ana Maria Smith. Os cadernos de educação da Escola Cabana (1997-2004): dispositivos textuais e materiais para a estratégia de conformação e prescrição de práticas pedagógicas em Belém-PA.	PUC-SP – Educação (História, Política, Sociedade)	M	2005
8	SOUZA, Íris Amaral de. Escola Cabana: o olhar dos gestores sobre o percurso da política educacional em construção no município de Belém/PA.	PUC-SP – Currículo	M	2004

<b>7 – A política de ciclos e seus fundamentos (psicológicos, filosóficos, históricos, sociológicos)</b>				
1	ANDRADE, Márcia Regina Selpa de. A organização do trabalho escolar: os tempos e espaços de formação humana.	FURB – Educação	M	2002
2	PARENTE, Cláudia da Mota Darós. A construção dos tempos escolares: possibilidades e alternativas plurais.	UNICAMP – Educação	D	2006
3	GOMES, Alessandra. Democratização do ensino em questão: a relevância política do fim da reprovação escolar.	USP – Educação	M	2004
4	KOPZINSKI, Sandra Difini. A questão do tempo nas aprendizagens dos educadores da Escola Cidadã.	UFRGS – Educação	M	2002
5	NEDBAJLUK, Lidia. Formação por ciclos: políticas e fundamentos.	UFPR – Educação	M	2002
6	NEGREIROS, Paulo Roberto Vidal. A seriação enquanto organização dos tempos escolares na rede privada de ensino de Belo Horizonte.	PUC-MG – Educação	M	2004
7	TEIXEIRA, Edival Sebastião. A psicologia histórico-cultural como fundamento para a organização do ensino escolar em ciclos de aprendizagem.	USP – Educação	D	2004

<b>8 – Ciclos e formação continuada de professores</b>				
1	BERNARDO, Elisângela da Silva. Formação continuada de professores em escolas organizadas em ciclo.	PUC-Rio – Educação	M	2003
2	BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes. Formação continuada de professores no projeto Escola Cabana: contradições e contrariedades de um processo centrado na escola.	UFMG – Educação	D	2004
3	CARCERERI, Flaminia. A escola organizada em ciclos e a formação de professores: uma reflexão.	PUC-PR – Educação	M	2003
4	CHAVES, Fátima Garcia. O ciclo inicial de alfabetização e a formação continuada de docentes.	Univ. de Uberaba – Educação	M	2006

<b>9 – Análise do desempenho de alunos</b>				
1	DOMINGUES, Analéia. A escolaridade em ciclos: análise do desempenho de alunos de 4ª série na área de Língua Portuguesa.	UEM – Educação	M	2003
2	OLIVEIRA, Carmem Inez de. A organização em ciclos na política educacional em Minas Gerais: um desafio à comunidade escolar.	UFJF – Educação	M	2003
3	PINESSO, Márcia Regina Falcioni. Sistema seriado e sistema de ciclo: organização do tempo escolar e implicações na aprendizagem da escrita.	UEM – Educação	M	2006

<b>10 – Ciclos: impacto sobre o trabalho docente</b>				
1	CASADO, Maria Inês Miqueleto. O sistema de ciclos e a jornada de trabalho do professor do Estado de São Paulo.	UNIMEP – Educação	M	2006
2	FARDIN, Vinicius Luciano. Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação da Escola Plural.	UFMG – Educação	M	2003